

**Universidades Lusíada**

Pinto, Ricardo Leite, 1958-

**Nota de abertura**

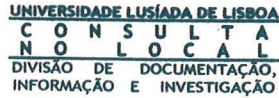
<http://hdl.handle.net/11067/5141>

<https://doi.org/10.34628/yz19-n568>

**Metadados**

<b>Data de Publicação</b>	2007
<b>Tipo</b>	article
<b>Revisão de Pares</b>	yes
<b>Coleções</b>	[ILID-CEJEA] Polis, n. 13-16 (2007)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-20T12:39:21Z com  
informação proveniente do Repositório



## NOTA DE ABERTURA

O presente número da POLIS procura recuperar o atraso na regularidade editorial prevista. Por essa razão e também porque a revista cumpriu no ano de 2007 13 anos de vida, republica-se o estatuto editorial e as normas de publicação de originais ( com a indicação actualizada das normas para a citação e referência de fontes e ainda os procedimentos relativos ao sistema de arbitragem científica). A presente edição mantêm a sistematização que esteve na origem da revista, ou seja, uma primeira parte constituída por artigos e ensaios de natureza doutrinária, uma segunda em que se procura dar a conhecer um conjunto de documentos (inéditos ou cuja divulgação pública é circunscrita), uma secção de jurisprudência comentada (essencialmente nas áreas do Direito Constitucional e Administrativo), uma rubrica de Observatório Eleitoral onde se registam e analisam as eleições de maior significado no mundo de hoje com natural incidência para a Europa e as Américas, e, finalmente, uma secção dedicada às recensões bibliográficas.

O número que o leitor tem nas mãos necessita apenas de uma nota explicativa quanto à secção de “Artigos”. E isto porque os textos publicados, atento o âmbito editorial da POLIS, vão do Direito Constitucional à Ciência Política, passando pelas Relações Internacionais, pela História Política e pelo Direito Administrativo. Aí se arrumam três conjuntos relativamente distintos de assuntos. Os primeiros três artigos têm como aspecto comum a discussão da “república” e do “republicanismo” do ponto de vista histórico, jurídico e político, e nesse sentido constituem o tema central da revista. Escrevem sobre o tema um constitucionalista, um historiador e um jus-internacionalista com a particularidade do último reflectir o pensamento da academia norte-americana sobre a matéria. O segundo grupo de artigos é do domínio das Relações Internacionais e da Ciência política, e agrega textos de Adriano Moreira, Bernardo Pires de Lima e Adolfo Mesquita Nunes. Finalmente o conjunto de quatro artigos finais são da esfera do Direito Público, encabeçados pela reflexão de Roman Schmidt-Radefelt sobre a complexa e actual questão do combate ao terrorismo e a defesa dos Direitos Humanos, a que se seguem textos de Direito Constitucional e Administrativo de António Francisco de Sousa, Luís Cabral Moncada e Sofia de Barros Carvalhosa.

Uma última nota para dar conta da criação de uma página “web” da revista POLIS que pode ser consultada em [http.polis.lis.ulusiada.pt](http://polis.lis.ulusiada.pt) e onde para além de informação variada sobre as temáticas que são objecto desta publicação, se podem consultar números anteriores da revista (alguns deles esgotados).

Ricardo Leite Pinto